

DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL : algumas considerações

Vilênia V. Porto Aguiar

Introduzindo a discussão

Os debates sobre a necessidade de novos projetos de desenvolvimento rural tornaram-se comuns após o notório fracasso do modelo agrícola mundial, onde os sistemas produtivos agrícolas sofreram modificações importantes, sobretudo no período do pós-guerra, dando início a um processo crescente de homogeneização, cuja matriz foi o modelo norte-americano.

A concepção subjacente a este modelo, e também implementada em nosso país, obedeceu fielmente à lógica de Schultz(1965), economista neoclássico norte-americano que fundamentou economicamente os princípios da *Revolução Verde*. Analisando os camponeses da América central, esse autor concluiu que os agricultores eram pobres, mas eficientes. Portanto, o problema não estava no uso dos fatores de produção disponíveis, mas no fato de que esses fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar altos índices de pobreza em que se encontravam. Por isso, seria necessário um conjunto de “novos fatores” (sementes melhoradas, adubos químicos, máquinas, etc.), que romperia com o ciclo ali estabelecido e superaria a pobreza. (Cf. Mattei, 1998)

Enfim, tratou-se de um modelo que, assentado nos princípios da *Revolução Verde* , teve por objetivo a obtenção de ganhos de produtividade, através da incorporação de “novos fatores de produção” (Schultz,1965), destacando-se aí o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, dos agrotóxicos e da maquinária agrícola.

O modelo anteriormente descrito, bem como suas contradições e crise, também estiveram e estão presentes no Brasil. A partir da modernização da agricultura

brasileira, prevaleceu o ideário da revolução verde. Este pressupunha que o simples desenvolvimento agrícola (visão da agricultura como um setor econômico distinto) levaria ao desenvolvimento rural. Decorre daí todo aparato institucional construído no pós-guerra (centros de pesquisa, empresas de pesquisa e de extensão rural, etc.) e as políticas públicas implementadas nesta direção. Esse processo fortaleceu a concepção do espaço rural meramente como um meio de produção e não como um ambiente de desenvolvimento rural. (cf. Mattei, 1998)

A opção brasileira pelo modelo de desenvolvimento modernizante que foi implantado, foi feita ainda nos anos 50, quando a indústria passou a assumir o comando da economia destinando ao “setor agrícola” determinadas “funções” e “papéis” a serem desempenhados no processo de desenvolvimento econômico, tido como necessário para o desenvolvimento urbano/industrial. A essas funções¹ relacionaram-se:

- Liberação de mão de obra para o setor industrial;
- Fornecimento de alimentos e matérias-primas a custos baixos;
- Suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais;
- Suprimento de divisas estrangeiras, através da exportação de produtos agrícolas;
- Criação do mercado interno para os produtos secundários, quer para a própria indústria de insumos e máquinas para a agricultura, quer para a indústria em geral. (cf. Mior, 1997)

A agricultura que se desenhou e se reforçou a partir da definição do modelo de desenvolvimento agrícola adotado, assentou-se num paradigma marcado, segundo Beus & Dunlap (1990), pelas seguintes características:

- centralização : produção de larga escala, concentração da produção, privilegiamento de grandes produtores;

¹ Além das funções aqui relacionadas, cabe destacar que um outro papel atribuído à agricultura, no final dos anos 70, foi o de gerar energia em função da crise do petróleo.

- dependência: utilização intensiva de capital e tecnologia, geralmente obtidos fora da unidade produtiva; centrado em conhecimentos científicos especializados;
- competição: centrada na propriedade como unidade de negócios, relegando a um segundo plano, ou mesmo se opondo, às pequenas comunidades rurais.
- poupador de mão de obra;
- dominação da natureza: dissociação entre homem e meio ambiente físico.
- especialização : estreitamento da base genética, na monocultura, na sucessão de cultivos não complementares, na divisão em produção agrícola e pecuária, assim como na padronização dos sistemas de produção;
- exploração intensiva : centrado no aumento da produção e da produtividade física dos produtos, numa visão de curto prazo, ignorando os custos sociais e ambientais.

Este padrão tecnológico, denominado de agroquímico, foi mais adequado ao sistema de organização da produção na grande propriedade agrícola (patronal), em detrimento dos sistemas de produção familiares. Mas, de qualquer forma, boa parte dos objetivos atribuídos à agricultura foram alcançados, e o Brasil foi elevado a um patamar surpreendente de desenvolvimento agrícola, sugerido pela ampliação da produção e da produtividade de boa parte dos produtos agrícolas.

Contudo,

“O desenvolvimento rural, além de não ter sido alcançado, foi agravado, já que o padrão tecnológico da produção agrícola adotado e as políticas públicas impactaram negativamente as variáveis conformadoras do bem estar no meio rural como: i) perfil de distribuição de renda setorial e intersetorial; ii) democratização do acesso à terra; iii) qualidade de vida; iv) conservação dos recursos naturais; v) descapitalização e êxodo rural (Mior, 1997: 898)

O fato concreto é que esse processo gerou uma enorme diversidade regional e intraregional - contradição entre regiões com elevados índices de modernização e outras extremamente retardatárias - e acentuou as desigualdades sociais, sobretudo entre as distintas categorias de produtores rurais, evidenciando, assim, os chamados efeitos perversos da modernização da agricultura: concentração de renda, êxodo rural, super-exploração dos empregados rurais, concentração de renda, degradação ambiental, entre outros.

Este modelo começou a dar sinais de esgotamento já na década de 70 e resultou em uma crise² de enormes proporções na década de 80, a chamada década perdida.

As razões dessa crise se situam, pois, nas órbitas econômica, social e ambiental, levando “ *a emergência de um consenso na literatura internacional sobre a necessidade de se repensar os processos de desenvolvimento rural, os quais não podem mais ser analisados na forma tradicional.* (Mattei,1998)

Assim, alguns estudiosos passaram a afirmar que o desenvolvimento agrícola não levaria, necessariamente, ao desenvolvimento rural, ao contrário o desenvolvimento rural é maior que o desenvolvimento agrícola.

Desenvolvimento agrícola ou desenvolvimento rural?

Historicamente, a opção feita pelo governo brasileiro foi o desenvolvimento agrícola, via modernização da agricultura, onde esta passa a ser pensada enquanto um setor da economia, operando como se fosse ela mesma uma indústria de um ramo qualquer da produção, devendo não apenas comprar a força de trabalho e os insumos que necessita de certas indústrias, como também vender os seus produtos, os quais se convertem, em sua grande maioria, em matérias-primas para outras indústrias. Desse

forma o processo produtivo perderia aquelas características “artesaniais” próprias de atividades ditas “camponesas”. (Cf. Graziano da Silva,1997)

Ou seja, os papéis que a agricultura e o meio rural desempenharam, no Brasil, ao longo do processo de modernização estavam balizados pela predominância do setor urbano-industrial. Segundo Mior (1997):

“O setor econômico agrícola foi caudatário do setor urbano industrial no modelo de desenvolvimento e o meio rural foi visto como espaço de produção e não como espaço de desenvolvimento” (Mior, 1997: 896).

Esta perspectiva informava uma dicotomia rural-urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas, ou seja indústria e serviços; e que atribuía ao rural as atividades propriamente agrícolas. Derivando daí expressões como desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural.

Mas o que diferencia desenvolvimento agrícola do desenvolvimento rural?

Segundo Mior(1997), o desenvolvimento agrícola envolve aspectos vinculados com o crescimento da produção e produtividade agrícola. Já o desenvolvimento rural relaciona-se, de um lado, a melhorias no nível e na distribuição de renda setorial - incluindo-se questões relativas a geração de trabalho e/ou emprego, concentração da terra e fontes de renda dentro e fora da unidade produtiva-; e, de outro, aos aspectos relacionados com a qualidade de vida no meio rural em suas múltiplas dimensões.

Nessa perspectiva , os indicadores de desenvolvimento agrícola estão relacionados aos aspectos ligados ao setor econômico da produção, centrando-se basicamente no aumento da produção agrícola, no aumento da produtividade das culturas e criações, na melhoria da qualidade dos produtos e matérias primas, e, por fim, na ampliação da competitividade da agricultura no contexto da globalização da economia e abertura dos mercados.

Contudo, a história tem nos mostrado que, o alcance de melhores resultados nos indicadores acima não foi o suficiente e nem condição necessária para se atingir o desenvolvimento rural, pois não se alcançou a melhoria da qualidade de vida da população rural, que envolve aspectos relacionados com o meio rural como espaço de vida e desenvolvimento, e não apenas de produção.

No Brasil, a atenção prioritária das políticas públicas se dirigiu predominantemente para o desenvolvimento agrícola. A forma com que as forças políticas encaminharam a questão agrícola (o que e quanto produzir) agravou, nos dizeres de Graziano da Silva (1985) a questão agrária (como e quem produz), e não contribuiu com o desenvolvimento rural.

Ou seja, o desenvolvimento agrícola não levou ao desenvolvimento rural . E os impactos negativos do modelo modernizante, baseado nos princípios da *Revolução Verde* ao se fazer sentir colocou a necessidade de se propor alternativas que tivessem no seu campo de preocupações, não somente os aspectos econômicos, mas que contemplassem fundamentalmente as variáveis sociais, culturais e ambientais, sem as quais tornar-se-ia praticamente impossível a conformação de um modelo sustentável ao longo do tempo. Essa problemática passará, então, a ser estudada, especialmente, sob duas categorias analíticas distintas: ruralidade e sustentabilidade, por isso agora vamos nos deter sobre a especificidade de cada uma dessas categorias.

Gostaria de ressaltar que “ruralidade” e “sustentabilidade” não são meros conceitos, mas são campos de disputa sobre diferentes concepções de sociedade.

1) **Ruralidade**

Antes de tudo é preciso compreender que o espaço rural é um fenômeno social. Ele é produto da ação dos homens sobre o meio natural. Nele e som ele as relações estão em constante transformação. Enquanto fenômeno social o espaço rural é construído historicamente. Portanto, as idéias, as noções e as representações que se faz do *rural* sofrem transformações no tempo e no espaço.

Assim, por exemplo, se voltarmos no tempo, antes da Revolução Industrial, na Europa, a principal função do espaço rural era a produção de alimentos para a subsistência, tendo a agricultura como atividade econômica dominante e os camponeses como grupo social de referência. No Brasil, na mesma época, a produção de produtos para a exportação era a principal função do espaço rural, tendo a grande lavoura como atividade econômica dominante e os escravos como grupo social de referência.

Após a Revolução Industrial, com o predomínio da indústria e a concentração da população nas cidades que o mundo rural perde a centralidade econômica, social, política e simbólica, passando a fornecedor de mão-de-obra desqualificada e barata para a indústria e serviços e a agricultura volta a sua produção para os centros urbanos.

Aliás, foi especialmente após a revolução industrial que a noção de rural esteve atrelada à idéia de atraso em contraposição à cidade associada ao progresso, símbolo da modernidade. A relação que se estabelecia era de oposição: cidade e desenvolvimento X campo e atraso/subdesenvolvimento. Pareciam coexistir dois mundos: um marcado pela urbanização, divisão do trabalho, industrialização, atrelado ao futuro e à modernidade – a cidade; e outro, marcado pela agricultura, exploração da natureza, atrelado ao passado e ao tradicional – o campo, o rural que inevitavelmente estaria fadado ao desaparecimento.

Mesmo as principais concepções nas ciências sociais, desde as clássicas de Durkheim, Marx e Weber até as de teóricos mais recentes, haviam previsto um paulatino desaparecimento das sociedades camponesas tradicionais, e dos espaços rurais, em decorrência de uma urbanização progressiva, bem como projetaram a transformação da agricultura em mais um ramo da indústria. Porém, presenciamos, atualmente, mudanças políticas e econômicas nas sociedades contemporâneas que não vão nesta direção.

A modernidade sempre construiu o sentido rural-urbano da mudança social. A continuidade foi sempre esta, pressupondo que o movimento deveria se dar,

necessariamente, na direção do campo para a cidade. Muitas correntes de pensamento, nas décadas anteriores, foram influenciadas por esta perspectiva. Uma outra vertente teórica com forte influência na academia brasileira, particularmente na Antropologia, estuda, no rural, o campesinato como uma classe subordinada, explorada (referenciados em autores como Wolf, Redfield, Godelier, entre outros). Vendo o rural do ponto de vista da diferenciação interna capitalistas e assalariados rurais, outros autores, sobretudo sociólogos, sublinham o desaparecimento do campesinato, fundamentados nos trabalhos de Lênin e Kautski, elaborando categorias como proletarização do campo e trabalhadores para o capital.

Em decorrência destas representações, reforça-se a perspectiva dualista na abordagem do rural, na medida em que se verifica, nestas linhas de pensamento, uma omissão dos pontos intermediários que não são nem capitalistas nem proletários, pois o que não cabia nos modelos era considerado como sobrevivência de formas pré-capitalistas, modelos em transição ou formas subordinadas formalmente ao capital.

Entretanto, as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais - urbanização, industrialização, modernização da agricultura - não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade que provocasse o fim das particularidades dos espaços rurais ou dos grupos sociais que ali vivem, ainda que sobre eles tenham causado um grande impacto e significativas transformações.

É inegável, por exemplo, o impacto que a modernização da agricultura brasileira provocou nos espaços rurais. Ela caracterizou-se, basicamente, por: i) aplicação da tecnologia à produção agrícola; ii) Concentração de terras; iii) ajuda estatal. Assim, promoveu o aumento da produtividade agrícola e, no primeiro momento, o aumento dos rendimentos dos agricultores. Em contraposição, promoveu

também o aumento das disparidades regionais e sociais e a degradação ambiental (poluição e destruição de ecossistemas)

Com a modernização as disparidades regionais e sociais no mundo rural se acentuaram. Passaram a coexistir áreas que desenvolveram uma agricultura moderna, que apresentam proximidade dos centros urbanos ou que se encontram afastadas desses mesmos centros; áreas rurais marginalizadas onde se pratica uma agricultura tradicional; áreas rurais que tendem ao crescimento e modernização e outras onde se processa a diminuição e envelhecimento da população, etc.

Além disso, a modernização da agricultura ao incentivar a exploração intensiva da natureza pondo em causa a sua capacidade de renovação contribuiu para a degradação ambiental, promovendo, muitas vezes, o abandono do meio rural a si próprio, com o abandono da agricultura, dos terrenos de cultivo, das florestas.

A modernização, em seu sentido amplo, redefiniu as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor(a) na sociedade, à relevância social, cultural e política do espaço rural.

Mas, é com a crise do modelo urbano-industrial que o rural passa a ser visto, por algumas tendências de pensamento, de uma forma mais valorizada, ou seja, uma representação mais positiva do papel e do espaço ocupado pela ruralidade na sociedade contemporânea. Ou seja, no momento atual da sociedade, em que o modelo urbano-industrial está sendo questionado, o rural adquire importância enquanto maneira de se pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade.

A “questão rural” enfrentada pelas sociedades modernas, sob formas e intensidades diferentes, se constitui na necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural, como um patrimônio de toda a sociedade.

Pelo exposto podemos perceber que o rural não diz respeito apenas a uma base física, mas a um território que possui um tecido social e inter-relações complexas que vão além dos seus atributos naturais.

Enquanto território, o rural é um espaço socialmente organizado, com relações de bases históricas e políticas que vão além da análise econômica configurando-se no ambiente político institucional onde se mobilizam atores em prol do seu projeto de desenvolvimento.

Segundo Abramovay (2003), ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. A agricultura, a indústria, o comércio são setores econômicos: a ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. Um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade e no estilo de vida cada vez mais procurado pelos habitantes dos grandes centros.

O meio rural tem sido definido por alguns estudiosos a partir de três atributos básicos: i) A relação com a natureza: a ruralidade supõe, em última análise, o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos; ii) A relativa dispersão da sua população em contraposição com as imensas aglomerações metropolitanas; iii) A relação com as regiões urbanas. Mas o próprio crescimento e a interiorização das grandes e médias cidades abrem a oportunidade de novas atividades e da valorização de atributos do meio rural até então desprezados. É fundamentalmente da renda urbana que depende o dinamismo rural: não só daquela constituída por mercados consumidores anônimos, distantes e destinatários de commodities, mas sobretudo da que se volta ao aproveitamento das virtudes mais valorizadas no meio rural, como a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a

biodiversidade, a cultura e um certo modo de vida. O pressuposto aí é que o meio rural justamente não se “urbanize”, mas que ele tenha, ao mesmo tempo, um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente serão capazes de revelar.

O rural está sendo redescoberto, deixando de ser visto como espaço único para a produção agropecuária e sendo vinculado a atividades ligadas à preservação ambiental - ecoturismo é uma delas - e à manutenção da agricultura familiar.

São equivocadas as previsões de que o rural acabaria conforme avançasse o processo de desenvolvimento ou de que a agricultura familiar seria suprimida com o progresso. A agricultura familiar, por exemplo, não foi suprimida com o progresso. Isso não aconteceu nem mesmo nos países desenvolvidos, onde a agricultura é de natureza familiar e o trabalho assalariado excepcional. No Brasil, ela conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. E responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura. Aliás, a agricultura familiar tem sido um ator importante nesse “renascimento do rural” no Brasil. A sua participação garante a existência de um tecido social que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura. E o rural, por sua vez, cada vez menos se associa ao estritamente agrícola. E o agrícola cada vez mais será marcado por exigências de qualidade, de distinção e de atributos ligados à localização e aos conhecimentos de cada região. Isso já é comum na Europa: o produto rural (agrícola e não agrícola) é valorizado por sua capacidade de exprimir uma tradição, um modo de fabricação em que se recuperam culturas e se colocam à mostra estilos de vida que os habitantes dos grandes centros têm buscado.

Esse “renascimento do rural” traz elementos novos para se pensar o desenvolvimento e o próprio espaço rural. Um aspecto a ser destacado nesta discussão é que se rompe a concepção “produtivista” tradicional, que identificou, por muito tempo, o desenvolvimento rural em termos setoriais, uma vez que as avaliações se concentravam apenas nos níveis da produtividade das atividades agrícolas e na eficiência dos sistemas de produção agropecuários. Embora importantes estes

elementos não são suficientes para avaliar o estágio do desenvolvimento rural, como vimos, que pressupõe a incorporação de outros indicadores que transcendem os aspectos meramente produtivos, com destaque para as condições de vida da população; as relações de trabalho; o acesso aos meios de produção, especialmente à terra; a qualidade dos produtos; a conservação dos recursos naturais; os níveis de renda dos produtores rurais, etc.

Um outro aspecto importante diz respeito às novas funções sociais e econômicas desempenhadas pelo "espaço rural", mostrando que as funções a ele atribuídas também têm se transformado com o tempo. Se, inicialmente, a sua função estava relacionada à produção de alimentos para subsistência, posteriormente foi a ela incorporada a produção de alimentos para os mercados urbanos e fornecimento de mão-de-obra barata para a indústria. Em seguida, com a modernização da agricultura, o espaço rural torna-se cliente da produção industrial e fornecedor de produtos agrícolas para as indústrias agro-alimentares. Hoje, novos sistemas de produção agrícola, têm se desenvolvido apoiados, por exemplo, na agroecologia e outras funções tais como, serviços, local de moradia, turismo e lazer, industrialização da produção, conservação do patrimônio e proteção do ambiente. Tudo isso paralelo à sua vocação primordial de continuar produzindo alimentos e matérias-primas.

Assim, hoje convivemos com diferentes perspectivas de ruralidade. O seu conceito, como vimos, tem se transformado com o tempo.

Nos anos 60/70, a modernização da agricultura dividiu o mundo rural em duas realidades distintas: o mundo rural moderno (urbano-industrial) e o mundo rural tradicional (rural). O conceito de ruralidade identificava-se com o mundo rural tradicional, com uma população escassa e marginalizada, dedicada a agricultura de subsistência.

A partir da década de 90, verificam-se transformações no mundo rural, além da agricultura, se desenvolve a indústria e o artesanato, e os serviços, ligados, sobretudo ao turismo, lazer, etc, a agricultura familiar é reconhecida como ator social e se impõe

como ator político, há uma valorização discursiva do patrimônio natural e cultural das zonas rurais e dos modos de vida tradicionais. O que levam muitos a reafirmar que o rural “renasceu”

Hoje, já se admite que o mundo rural é um fenômeno complexo e pluridimensional, pois engloba comunidades e territórios distintos, embora interligados; desempenha uma multiplicidade de atividades (agricultura, artesanato, turismo, comércio); e apresenta uma grande heterogeneidade.

Mas, apesar da sua heterogeneidade, o espaço rural apresenta algumas especificidades comuns:

- Dependência em relação aos processos naturais e ligação dos agentes sociais ao espaço que habitam;
- Importância das relações de interconhecimento;
- Persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e moradia.

Entretanto, a despeito das especificidades e diferença, o fato é que o conceito de ruralidade passa a ser entendido como um espaço social organizado e com valores próprios, cujo patrimônio natural e cultural deve ser preservado. Deixa de fazer sentido a oposição mundo rural/mundo urbano, estimulando-se a interdependência e a solidariedade entre ambos.

2) Sustentabilidade

A sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializem ao mesmo tempo a manutenção do capital natural dos territórios, a sustentação dos ecossistemas, qualidade de vida, cidadania, eficiência na gestão dos recursos, equilíbrio demográfico, valorização da identidade popular, fortalecimento da organização social e equidade. É um conceito de grande abrangência, que se refere de uma forma geral às condições de reprodução da sociedade no longo prazo.

São várias as concepções de desenvolvimento sustentável e a forma como ela é incorporada por diferentes grupos sociais dependendo dos seus interesses. Portanto, a melhor forma de abordar o conceito é percorrendo a sua história.

Resgatar a origem do conceito de desenvolvimento sustentável nos remete necessariamente ao debate social e ambiental dos anos 60 e 70, que despontou primeiramente nos países industrializados do hemisfério norte e generalizou-se no mundo ocidental, criticando a noção de desenvolvimento.

Tal crítica se dirigia a idéia de desenvolvimento como possibilidade de progresso (material) e crescimento ilimitado, idéia que se constituiu como fundamento da sociedade industrial ocidental, particularmente após a Segunda Guerra Mundial. O grande desafio do pós-guerra era: i) reconstruir as sociedades afetadas pela guerra; ii) “estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes disparidades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização” (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:15). Assim, com a liderança dos EUA e com o apoio da Europa capitalista, os países do chamado “Terceiro Mundo” foram “disputados e integrados na esfera de influência do bloco capitalista”, que queria se consolidar como pólo oposto e concorrente ao bloco socialista, o qual se encontrava em disputa, caracterizando um cenário denominado de “guerra fria” (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:15).

Assim, com as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento e modernização o bloco dos países capitalistas conduziu sua política internacional. *O desenvolvimento era então identificado com o crescimento econômico, tecnológico e urbano.* Era preciso internalizar *a lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social (...)* *O paradigma de desenvolvimento a ser alcançado era a sociedade de consumo norte-americana.* Foi assim que o desenvolvimento tornou-se um objeto maior de política pública de governos e organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial. (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:16).

A ideologia do desenvolvimento ou da modernização era postulada como ideal de progresso. Para os países chamados subdesenvolvidos ingressarem nesta condição de bem-estar e consumo era necessário crescer economicamente, industrializar-se, urbanizar-se e à medida que entravam na corrida para o desenvolvimento, passaram a ser chamados também *em desenvolvimento*, sugerindo que poderiam chegar ao nível de um país *desenvolvido*. *Esta política desenvolvimentista, além da marginalização cultural de muitos setores populares e tradicionais, gerou uma outra situação que foi a contração de empréstimos e financiamentos que se traduziram numa pesada dívida externa que acompanhou este momento de “ajuda” internacional para o desenvolvimento.* (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:18).

Este modelo de desenvolvimento foi criticado pelos efeitos perversos que promoveu. O desenvolvimento tecnológico associado à concentração de renda, por exemplo, gerou na América latina o que se convencionou chamar de “modernização dolorosa” (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:18). Modernização que a despeito das promessas não conseguiu reduzir a pobreza, mas ao contrário, aumentou as disparidades sociais, levando Celso Furtado a falar no mito do *desenvolvimento econômico*.

Já na década de 60 os movimentos de contracultura e os movimentos ecológicos questionavam o modelo materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente da sociedade industrial. Essa crítica é acentuada nos anos 70 com a grande crise do petróleo e com *as constatações do fracasso do desenvolvimentismo na solução dos problemas globais, denunciando a exploração ilimitada dos bens ambientais e a insustentabilidade social e ambiental por ele gerada.* (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:19).

Em 1962 Rachel Carson lançou o livro *A Primavera Silenciosa*, mostrando que DDT (pesticida introduzido para uso no combate às pragas) penetrava na cadeia alimentar e acumulava-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do homem com o risco de causar câncer e dano genético. A grande polêmica movida pelo livro é

que não só ele expunha os perigos do DDT, mas questionava de forma eloqüente a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico.

Em 1968, ocorre em Paris, Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecida como Conferência da Biosfera, que foi organizada pela UNESCO. Esta conferência também muito importante foi direcionada somente para os aspectos científicos da conservação da biosfera e pesquisas em Ecologia.

Ainda em 1968, constituiu-se o Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos, que tinham como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

A preocupação com o meio ambiente e os impactos do modelo de desenvolvimento para o futuro do planeta, faz com que a ONU promova a I Conferência sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972). No mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo Limites do Crescimento. O estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente “catástrofe” provocada pelo crescimento acelerado da população, sugerindo o controle populacional como maneira de evitá-la. As reações vieram de intelectuais do Primeiro Mundo (para quem a tese de Meadows representaria o fim do crescimento da sociedade industrial) e dos países subdesenvolvidos (já que os países desenvolvidos queriam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica).

O relatório Meadows revelava uma tensão entre crescimento econômico, expansão humana, avanço tecnológico e conservação da natureza, causando assim *reações tanto dos países industrializados para quem a tese de Meadows poderia representar o fim do crescimento da sociedade industrial quanto dos países em*

desenvolvimento que alertavam para a intenção dos países desenvolvidos limitarem o crescimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica. Os ecologistas acusavam o relatório de ser uma tentativa de equalização dos problemas ambientais dentro da lógica do capitalismo, já alguns intelectuais afirmavam que ele não chegava a romper com os pressupostos do modelo de desenvolvimento que estava na raiz da crise ambiental. (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:22).

Neste embate de propostas e críticas aos limites do desenvolvimento, surge o conceito precursor do desenvolvimento sustentável: o *ecodesenvolvimento*, lançado em 1973 pelo canadense Maurice Strong, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável, com *sendo aquela que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades.*

O cenário de crise econômica, social e ambiental aprofunda, nos anos 80, a crítica a idéia de desenvolvimento, considerada como noção central do modelo social hegemônico. A constatação da falácia e da falência do modelo desenvolvimentista e a percepção da crise ambiental geram um debate que busca construir propostas que tanto procura caminhos de superação deste modelo, como tentam reformula-lo dentro dos marcos da lógica capitalista que o gerou. (Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:19).

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, o documento, que se

propunha a apresentar “uma agenda global para a mudança” introduz pela primeira vez, no cenário político, o conceito de desenvolvimento sustentável, *buscando apontar caminhos de reconciliação entre os ideais do desenvolvimento e a necessidade premente de reconhecer os limites ambientais e de diminuir a pobreza no mundo.* ((Scotto; Carvalho, Guimarães, 2007:29). Entretanto, o conceito foi definitivamente incorporado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 – Eco-92, no Rio de Janeiro e serviu como base para a formulação da Agenda 21.

Referência bibliográfica:

Abramovay, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. 2003, 149p.

Aguiar, Vilênia V.P. Sindicalismo rural e cooperação agrícola: buscando as bases para a construção de um outro desenvolvimento. Projeto de doutorado. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: sociedade e meio ambiente Centro de Filosofia e Humanas/UFSC, 1999. Mimeo.

Almeida, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável, In: Reconstruindo a agricultura. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997.

Bava, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

Campanhola, Clayton. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local, In: Anais da SOBER, 1999.

Flores, Murilo Xavier. Novos rumos do desenvolvimento rural. Anais da SOBER, 1999.

Mattei, Lauro. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. Idéias e ações. CEPAGRO, ano 2, No 4. Florianópolis, Abril/98.

Mior, Luiz Carlos. Políticas públicas e desenvolvimento rural, In: Anais da SOBER, 1997.

Moyano, E. Las políticas de desarrollo rural en la Union Europea, In: Agricultura, Meio ambiente e Sustentabilidade no Cerrado brasileiro. Uberlândia, Shigeo Shiki et al orgs. 1987.

Scotto, Gabriela; Carvalho, Isabel Cristina de Moura; Guimarães, Leandro. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2007.

Silva, José Graziano da. A Modernização dolorosa. Zahar ed., Rio de Janeiro, 1982

_____. "O novo rural brasileiro". Campinas, 1996, mimeo.

Silva, José Graziano da. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

Stropasolas, Valmir Luís. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

Wanderley, Maria Nazareth B. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno, In: resumo dos anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia. Natal, RN, 1997.